

ano 13 – n. 24 | janeiro/junho – 2021
Belo Horizonte | p. 1-232 | ISSN 2176-1671
R. bras. Dir. Eleit. – RBDE

**Revista Brasileira de
DIREITO ELEITORAL**

RBDE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A importância da pré-campanha eleitoral

Benigno Núñez Novo	9
Introdução	9
1 Desenvolvimento da pré-campanha.....	10
2 Considerações finais	13
Referências	14

Discurso religioso no cenário político eleitoral – análise doutrinária e jurisprudencial – posição crítica

Bruneu Guimarães Brum	15
Introdução	15
1 Da liberdade religiosa	17
2 Exercício do poder religioso no espaço político	19
3 Limites jurídicos à influência do discurso religioso no processo eleitoral - análise doutrinária.....	21
4 Análise dos precedentes do TSE com ênfase no Recurso Especial nº 0000082-85.2016.6.09.0139.....	25
5 Posicionamento crítico e conclusão	35
Referências	40

Análise da ADPF nº 738: avanço histórico para a participação de negros e pardos na política brasileira

Carla Rodrigues	43
Introdução	43
1 Análise da decisão do TSE sobre a sub-representação negra na política.....	45
2 Análise da Medida Cautelar na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 738.....	49
3 Análise dos impactos da nova regra nas eleições de 2020	52
Conclusão	54
Referências	56

Financiamento Eleitoral no Brasil

Douglas Ferreira da Silva	59
Introdução	59
1 O modelo brasileiro de financiamento eleitoral	60
Considerações finais	66
Referências	67

O entendimento do Tribunal Superior Eleitoral acerca das fraudes supervenientes ao Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários: relativização da coisa julgada ou evolução jurisprudencial?

Eliane Bavaresco Volpato, Alex Sandro Barbosa dos Santos	69
Considerações iniciais.....	69
1 A coisa julgada e a coisa julgada no direito eleitoral: segurança jurídica e tutela de bens coletivos	71
2 Natureza jurídica do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e o conceito de fraude na justiça eleitoral	73
3 O entendimento atual do TSE acerca das fraudes supervenientes ao Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários: relativização da coisa julgada ou evolução jurisprudencial?.....	78
Considerações finais.....	82
Referências	84

Responsabilidade civil por dívidas de campanha eleitoral: plenipotenciabilidade da jurisprudência nacional pela prevalência do positivismo jurídico, reconhecimento do Direito como integridade, e necessidade da resposta correta na interpretação jurídica

Helio Deivid Amorim Maldonado	89
1 Introdução: Responsabilidade civil por dívidas de campanha como saldo residual do processo democrático eleitoral	90
2 Interpretação jurídica como ferramenta intelectual de mediação entre texto e norma	92
3 Interpretação jurídica em Kelsen e Hart: o positivismo jurídico como um modo ainda de agir da jurisprudência nacional. A aporia arbitrária da discricionariedade e do decisionismo e sua presença na exegese da responsabilidade civil por dívidas de campanha eleitoral	94
4 O Direito como integridade de Ronald Dworkin. A Jurisprudência como um Romance em Cadeia. E a necessidade da resposta correta na interpretação jurídica.....	98
5 Conclusão: Da sobejada presença de razões fáticas e jurídicas que permitem a interpretação da responsabilidade civil individual pelas dívidas de campanha eleitoral	103
Referências	107

Fraude à cota de gênero, distribuição dinâmica do ônus da prova, e sindicabilidade dos motivos pessoais e íntimos da desistência tácita da disputa eleitoral

Helio Deivid Amorim Maldonado	109
Introdução.....	109
1 Da possibilidade de distribuição dinâmica do ônus da prova nas ações eleitorais à luz do dever processual de eticidade das partes no processo	114
2 Da reabilitação plena dos preconceitos contidos nas máximas de experiência na valoração probatória	121
Conclusão	127
Referências	128

Publicidade institucional municipal no ano eleitoral de 2020 – A possibilidade de prestação dos serviços públicos de educação nos três meses antecedentes ao pleito

Leonardo Vieira de Souza	131
Introdução	131
1 Publicidade.....	133
2 As eleições municipais de 2020	136
3 Alterações legislativas no âmbito educacional	139
Conclusão	140
Referências	141

Os debates eleitorais em ação na internet e sobre o voto nas eleições de 2018

Thiago Perez Bernardes de Moraes, Doacir Gonçalves de Quadros	143
Introdução	143
1 Debates eleitorais e o <i>Google Trends</i>	145
2 Procedimentos metodológicos.....	147
3 Os debates eleitorais na <i>internet</i>	149
4 Os debates eleitorais e o voto.....	158
Considerações finais	161
Referências	163

A Covid-19 e os reflexos na justiça eleitoral

Tiago de Melo Euzébio	165
1 Introdução	165
2 Efeitos na Justiça Eleitoral.....	167
2.1 Alteração da data das eleições e dos prazos eleitorais	167
2.2 Execução da cassação de mandatos e eleições suplementares.....	169
3 Conclusão	174
Referências	176

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Tribunal Superior Eleitoral

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 0600222-82.2020.6.15.0068 – CACHOEIRA DOS ÍNDIOS – PARÁÍBA	181
--	-----

Tribunal Superior Eleitoral

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 0600289- 85.2020.6.26.0312 – UCHOA – SÃO PAULO	213
--	-----

Instruções para os autores.....	231
---------------------------------	-----